

A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no ensino de ciências e biologia: uma análise de diretrizes normativas e concepções de professores da educação básica de escolas públicas do município de Ibiara-PB

The inclusion of students with autism spectrum disorder in science and biology teaching: an analysis of normative guidelines and conceptions of basic education teachers in public schools in the municipality of Ibiara-PB

Maria das Graças da Conceição Pereira¹, Mateus Gonçalves Silva¹ & Aluska da Silva Matias³

¹Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba. E-mails: mdgcp@academico.ufpb.br, matheus.goncalves2102@gmail.com e aluska.matias@academico.ufpb.br.

Resumo: A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino de Ciências é fundamental para garantir uma educação que promova a emancipação e atuação desses indivíduos frente a sociedade. A abordagem educativa para este público deve garantir o respeito, as necessidades e potencialidades de cada aluno. Embora o Brasil tenha avançado nas últimas décadas garantindo a inclusão e permanências desses estudantes na educação regular em escolas de educação básica, através da aprovação de dispositivos legais e promoção de políticas públicas, muitos são os desafios a serem transpostos nesse cenário. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo identificar se professores de ciências e biologia atuantes na cidade de Ibiara-PB, têm conhecimentos sobre o Transtorno do Espectro Autista e capacitação pertinente para desenvolver atendimento aos educandos com TEA na educação básica. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo. O levantamento de dados foi feito através da análise documental e aplicação de entrevistas com um grupo de professores da educação básica de Ibiara-PB, que têm em suas salas de aula estudantes com TEA. Os resultados mostraram ausência de documentos municipais que estabeleçam diretrizes que conduzam a inclusão desse público nas escolas, bem como faltam políticas públicas capazes de garantir os direitos dos estudantes com TEA. Ao analisar os questionários respondidos por professores foi possível observar uma lacuna na formação desses profissionais. Apesar disso, os professores se demonstraram comprometidos em promover uma educação inclusiva. Dessa forma, evidencia-se, portanto, a importância de pesquisas dessa natureza, pois permitem identificar desafios da educação científica de estudantes com TEA que podem ser transpostos, fortalecendo assim a educação inclusiva.

Palavras-chave: Professor de Ciências e Biologia; TEA; Educação Inclusiva; Ensino de Ciências.

Abstracty: The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Science education is essential to ensure an education that promotes the emancipation and role of these individuals in society. The educational approach for this population must ensure respect for each student's needs and potential. Although Brazil has made progress in recent decades in ensuring the inclusion and retention of these students in regular education in basic education schools through the approval of legal provisions and the promotion of public policies, there are many challenges to be overcome in this scenario. Therefore, this study aimed to identify whether science and biology teachers working in the city of Ibiara, Paraíba, have knowledge about Autism Spectrum Disorder and the relevant training to provide services to students with ASD in basic education. To this end, a qualitative, exploratory, and descriptive study was conducted. The data collection was conducted through document analysis and interviews with a group of elementary school teachers who have students with ASD in their classrooms. The results revealed a lack of municipal documents establishing guidelines for the inclusion of this population in schools, as well as a lack of public policies capable of guaranteeing the rights of students with ASD. Analyzing the questionnaires completed by teachers, we observed a gap in their training. Despite this, the teachers demonstrated a commitment to promoting inclusive education. Therefore, we conclude that research of this nature is important, as it allows us to identify challenges in the science education of students with ASD that can be overcome, thus strengthening inclusive education.

Keywords: Science and Biology Teacher; ASD; Inclusive Education; Science Teaching.

1 Introdução

Criado pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner em 1943, o termo “autismo”, atualmente referido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), retrata a condição de saúde de uma pessoa caracterizada, principalmente,

por dificuldades na comunicação social. Apresentando também, déficits, interesses e/ou atividades restritos, repetitivos e estereotipados. Apesar de inúmeros avanços científicos, as causas do autismo ainda estão sendo investigadas. Segundo estudo publicado pelo JAMA Psychiatry (julho, 2019), de 97% a 99% dos casos têm

origem genética, sendo 81% hereditários. No Brasil, estima-se que cerca de 600 mil pessoas tenham TEA, correspondendo a aproximadamente 0,3% da população (Ribeiro; Fombonne; Mercadante, 2011). Os tratamentos indicados para crianças com autismo incluem formas psicossociais e intervenções educacionais, objetivando maximizar a aquisição da linguagem, melhorar as habilidades sociais e a comunicação social, verbal e não verbal, e acabar com os comportamentos mal adaptativos (Bosa, 2006).

Diante desse cenário, cresce a necessidade de preparar adequadamente os profissionais da educação para atuar junto a esses estudantes. O que nos alerta ao questionamento acerca da formação de profissionais da educação para que estejam preparados para a atuação frente a esses casos em suas práticas docentes, uma vez que os autistas apresentam comportamentos de hiperatividade, dificuldade de prestar e/ou manter atenção (Silva; Mulick, 2009), exigindo práticas pedagógicas específicas. Assim, a formação docente precisa contemplar estratégias que promovam o uso de metodologias inclusivas, com recursos e materiais adaptados, garantindo a participação ativa desses alunos. A Declaração de Salamanca (1994) já apontava a importância de uma formação inicial abrangente para todos os tipos de deficiência, antes da especialização em áreas específicas. Afinal, não há inclusão sem capacitação. Como destaca Ribeiro (2022), a capacitação é a chave para a inclusão e a acessibilidade para o autista (Ribeiro, 2022).

Considerando os comportamentos característicos de pessoas com TEA, a formação docente deve contemplar estratégias que capacitem os professores a desenvolver uma didática inclusiva, utilizando objetos e recursos que favoreçam a participação ativa desses alunos nas aulas. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível repensar a formação de professores especializados, de um modo que estes estejam aptos a atuar em diferentes contextos educacionais e a desempenhar um papel central nos programas voltados às necessidades educacionais especiais.

As pessoas com TEA têm os mesmos direitos garantidos a todos os cidadãos do país pela Constituição Federal de 1988, têm direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas as de Educação. A legislação brasileira apresenta leis que visam à garantia dos direitos, igualdade e oportunidades de desenvolvimento dos autistas. Dentre elas podemos listar: a) Lei 8.069/90 que estabelece que Crianças e adolescentes autistas possuem todos os direitos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990); b) Lei 8.742/93 que corresponde à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC) (Brasil, 1993); c) Lei 8.899/94 estabelece diretrizes para a garantia à gratuidade no transporte interestadual à pessoa autista que comprove renda de até dois salários-mínimos (Brasil, 1994); d) Lei 7.611/2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (Brasil, 2011); e) A Lei Beneditina 12.764/12 criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e

medicamento pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. Também estipula que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Art. 2º, Parágrafo VII – garante “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis” (Brasil, 2012); f) Lei nº 13.146/15 que em seu Artigo 28, Inciso III incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Brasil, 2015); g) a Lei 13.370/2016 que reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas (Brasil, 2015); h) e mais recentemente, a Lei 13.977/2020 que criou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) (Brasil, 2020).

Apesar dos dispositivos legais brasileiros, o ensino de crianças com TEA é complexo em virtude das dificuldades impostas pelo próprio Espectro. Tendo este trabalho como enfoque o ensino de Ciências, é imprescindível salientar que: o Ensino de Ciências é uma área importante no currículo escolar, pois contribui de forma significativa no desenvolvimento do pensamento crítico e na compreensão do mundo ao nosso redor (Gomes *et al.*, 2018). No entanto, pode ser um desafio para qualquer aluno, mas para aqueles com TEA, a compreensão dos conteúdos abstratos, pode ser ainda mais complexa (Gonçalves; Kauark; Nunes-Filho, 2020). Os conceitos científicos, muitas vezes, envolvem abstrações e representações simbólicas que podem ser difíceis de serem compreendidas por alunos autistas. (Ferreira *et al.*, 2024).

Diante desse cenário, surgiram os seguintes questionamentos: a) quais as concepções dos professores de ciências e biologia têm acerca do TEA?; b) Quais práticas são adotadas nas aulas de ciências e biologia para garantir a efetiva inclusão de estudantes com TEA?; c) Os regimentos normativos estadual dão diretrizes capazes de garantir a permanência e inclusão de estudantes com TEA nas escolas de educação básica da Paraíba?; d) Quais os principais desafios a serem transpostos pelos professores de ciências e biologia para atender estudantes com TEA?

Considerando todo o exposto, torna-se evidente a necessidade de investigar as concepções e práticas adotadas por professores de Ciências e Biologia frente à inclusão de estudantes com TEA, bem como os desafios enfrentados nesse processo. No contexto do município de Ibiara, essa investigação adquire uma relevância, uma vez que se trata de uma realidade educacional marcada por limitações de recursos, carência de formações continuadas e pouca visibilidade de políticas públicas voltadas à educação inclusiva. Compreender como se dá o processo de inclusão desses estudantes nas escolas locais permite não apenas revelar as dificuldades enfrentadas pelos docentes, mas também apontar caminhos possíveis para a construção de uma prática pedagógica mais acolhedora,

equitativa e efetiva. Assim, este estudo busca contribuir para o fortalecimento da educação inclusiva no município, colaborando com reflexões e ações que garantam o direito à aprendizagem de todos os estudantes, em especial daqueles com Transtorno do Espectro Autista.

2 Metodologia

O presente estudo realizou uma pesquisa qualitativa, de modo a compreender o conhecimento em relação ao TEA, capacidade, competências técnicas e experiência de professores de Ciências e Biologia em relação à inclusão e dificuldades com a presença de crianças autistas em sala de aula. O trabalho foi dividido em duas etapas: Análise Documental e Aplicação de Questionário com professores de Ciências e Biologia da rede pública de ensino do município de Ibiara-PB.

A abordagem qualitativa se caracteriza por proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado de uma sociedade, tendo-se respeito pela diversidade existente (Minayo, 2010). Assim permitindo explorar e investigar a experiência de pessoas sobre temas e relações complexas, obtendo uma visão significativa, sobre os detalhes das informações obtidas. A abordagem qualitativa caracteriza-se maneira de obtenção e análise de dados mais coerente com os pressupostos que direcionaram a execução desta pesquisa, pois “a pesquisa qualitativa leva em consideração os pontos de vista, e que as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados” (Flick, 2009, p. 24-25). Este estudo utilizou a abordagem qualitativa para analisar, por meio de questionário, as concepções e práticas pedagógicas dos professores de ciências e biologia frente à inclusão de alunos com TEA, por possibilitar uma compreensão aprofundada da realidade investigada, permitindo captar as percepções subjetivas dos professores valorizando suas experiências e contextos escolares.

Além disso, também se optou, quanto aos objetivos a se desenvolver uma pesquisa do tipo descritiva. Nesse tipo de investigação é possível observar, registrar e conhecer as características, valores e/ou problemas relacionados ao tema abordado (Gil, 2002).

Local da pesquisa

Ibiara é um município situado no sertão da Paraíba, na microrregião de Itaporanga, está a aproximadamente 469 km da capital estadual, João Pessoa. Com 66 anos de história administrativa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui uma população estimada de 5.733 habitantes (2024), distribuídos em uma área territorial de 240,36 km², o que confere à cidade uma densidade demográfica relativamente baixa, característica comum de municípios interioranos da região semiárida nordestina. A educação do município de Ibiara conta com uma rede de ensino composta por instituições públicas municipais e estaduais. De acordo com o Censo Escolar 2023, Ibiara possui escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A gestão da educação básica é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e do Governo do Estado, que desenvolve

projetos voltados à melhoria da qualidade do ensino, mesmo diante dos desafios impostos pela escassez de recursos e pela limitação de infraestrutura. O município também integra programas federais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que buscam assegurar condições mínimas para o funcionamento das unidades escolares.

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino de Ciências e Biologia configura-se como um desafio significativo no contexto educacional brasileiro, especialmente em municípios do interior, como Ibiara-PB. A inexistência de uma formação continuada específica para os docentes compromete a implementação de práticas pedagógicas eficazes e inclusivas. Diante desse cenário, o presente estudo buscou analisar as diretrizes normativas que orientam a inclusão de alunos com TEA no ensino de Ciências e Biologia, bem como compreender as concepções dos professores da educação básica de escolas públicas de Ibiara-PB sobre a temática.

Os diretores das escolas e os professores demonstraram interesse e disponibilidade para colaborar, reconhecendo a relevância do tema para a melhoria da educação inclusiva no município. Dessa forma, a coleta de dados foi realizada conforme o planejado. Os resultados obtidos refletem fielmente as percepções e experiências dos profissionais envolvidos, contribuindo significativamente para a análise proposta neste trabalho.

Análise documental

Inicialmente, foi realizada uma busca documental dos regimentos orientadores para a educação básica do município de Ibiara – PB para identificar excertos referentes às diretrizes para atuação com estudantes com TEA. Inicialmente a busca foi realizada na secretaria de educação do município, com a perspectiva da existência de regimentos com políticas públicas normativas para a inclusão e atendimentos aos estudantes com TEA, buscando também materiais didáticos, currículo profissional e formação continuada para professores atuantes no ensino de ciências e biologia que atendam aos alunos autistas.

Ao iniciar a busca junto ao órgão, a responsável pela pasta no município, informou que não há uma lei municipal, ou quaisquer outros documentos na esfera municipal que regimem o ensino inclusivo. Dessa forma, o município segue as normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a LDB e a Diretriz Estadual.

Dessa forma, para estudo e análise dos documentos BNCC, LDB e as Diretrizes Estadual da Paraíba, foi realizada uma busca nos sites oficiais, e feita leitura pela busca da palavra-chave autismo. Além disso, também foram analisados os Plano de Ação, Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular das escolas estaduais e municipais localizadas em Ibiara-PB.

Foi realizada uma análise dos documentos BNCC, LDB e as Diretrizes Estadual da Paraíba, estes norteadores das propostas pedagógicas regentes nas escolas municipais de Ibiara-PB. Além dos Plano de Ação, Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular, em que estes são elaborados pelas instituições de ensino estaduais do município, as quais também

seguem normas contidas BNCC, LDB e as Diretrizes Estadual da Paraíba, os quais tive acesso impresso e digitalizados, para análise.

Aplicação dos Questionários

Segundo Gil (2011, p.128), questionário é “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”. Marconi e Lakatos (2008), Gil (2011), Boaventura (2007), apontam como vantagens dessa estratégia metodológica, menores gastos, anonimato das respostas, permite que a pessoa o responda quando julgar mais conveniente, não expõe os pesquisadores à influência das percepções/opiniões e do aspecto pessoal do respondente, permite que o pesquisado apresente respostas mais acuradas, especialmente quando são questões que podem causar embaraço na presença de um pesquisador.

Diante da ausência de documentos específicos para a educação de estudantes com TEA, optou-se por compreender as concepções dos próprios professores através da aplicação de um questionário (APÊNDICE A) aos docentes das disciplinas de Ciências e Biologia, atuantes nas escolas municipais e estaduais do município. A pesquisa visou identificar as lacunas na formação docente, as estratégias pedagógicas adotadas e as necessidades de recursos para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Com efeito, o questionário utilizado nesta pesquisa contemplou perguntas abertas, elaboradas com o objetivo de obter informações sobre os conhecimentos, capacidades e habilidades pedagógicas inclusivas dos professores no ensino de ciências e biologia a alunos com TEA. Participaram do estudo, professores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da rede pública de ensino do município de Ibiara-PB. Para desenvolvimento da pesquisa, foi assegurado o cumprimento dos princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde¹. Os professores participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme apresentado no (APÊNDICE B).

A fim de compreender as concepções e os desafios enfrentados pelos professores no contexto da inclusão de alunos com TEA, os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Esse procedimento permitiu a categorização das respostas a partir da identificação de núcleos de sentido, possibilitando a construção de uma interpretação sistemática das respostas dos participantes. A análise foi conduzida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação, respeitando os princípios metodológicos que garantem a validade e a confiabilidade na pesquisa qualitativa.

A pesquisa estabeleceu como critério de participação: ser professor de ciências no ensino fundamental anos finais e/ou professor de Biologia no ensino médio em escolas localizadas no município de Ibiara-PB, que tivessem estudantes com TEA matriculados em suas turmas. A pesquisa foi realizada com aplicação de um questionário previamente elaborado, de acordo com os objetivos específicos deste estudo, estruturado em dez perguntas abertas. Participaram da pesquisa cinco professores, quatro de Ciências e um de Biologia, de escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Ibiara-PB., sertão paraibano.

Preservando a identidade dos que participaram, estes serão representados pela letra P (professor) numerados de 1 a 5 e seguidos pela letra (C) para professor de ciências, e pela letra B para (professor de biologia). Será traçado perfil dos participantes, conforme descrito no quadro 1.

O questionário foi elaborado no processador de texto word, impresso e entregue aos participantes da pesquisa, no entanto, os participantes P4C e P5B solicitaram que o documento em formato word fosse encaminhado via WhatsApp.

Os dados obtidos com a aplicação do questionário foram organizados e analisados para compreensão das percepções dos professores sobre educação, formação inicial e continuada dos professores de Ciências e Biologia na inclusão dos estudantes com TEA.

3 Resultados e discussão

A aplicação do questionário aos professores da educação básica do município de Ibiara-PB transcorreu de forma tranquila e sem intercorrências. A secretária de educação também se mostrou receptiva e comprometida com o processo, facilitando o acesso às informações necessárias e apoiando a realização da pesquisa.

Ao todo participaram desta pesquisa cinco professores dos quais o perfil pode ser observado no Quadro 1.

¹ Este estudo foi submetido ao comitê de ética e teve aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa - CCS CAAE 87260625.8.0000.5188, Parecer nº 7.534.955/2025.

Quadro 1- Perfil dos participantes da pesquisa.

Professores	Gênero	Idade	Formação	Tempo de formação	Cargo que exerce no momento	Tempo de atuação
P1C	Masculino	34 anos	Ciências Biológicas	10 anos	Professor de Ciências	10 anos
P2C	Feminino	59 anos	Pedagogia	16 anos	Professora de Ciências	38 anos
P3C	Masculino	51 anos	Ciências Biológicas	17 anos	Professor de Ciências	21 anos
P4C	Feminino	52 anos	Pedagogia e Biologia	19 anos	Professora de Ciências	10 anos
P5B	Masculino	26 anos	Ciências Biológicas	04 anos	Professor de Biologia	03 meses

Fonte: Elaborado pela autora.

Para fins de organização o capítulo referente aos resultados e discussão encontra-se dividido em duas subseções: I) referente aos resultados da análise documental; II) resultante da análise da aplicação do questionário.

Análise dos documentos

Ao investigar os documentos e conforme seu texto foi possível observar que não há orientações referentes à educação especial para alunos autistas, nos quais também não foi reconhecido, sob minhas percepções, diretrizes para atuação com estudantes com TEA, não apresentam normativas para a educação junto aos alunos com TEA e não há nenhum modelo de material didático direcionado aos educandos com TEA.

Após busca documental na secretaria de educação municipal, junto à secretária de educação, e nas escolas estaduais, junto aos seus gestores atuantes, não foi possível obter dados relevantes acerca das diretrizes para inclusão de estudantes com TEA. Diante dessa inconsistência de dados, para o desenvolvimento deste estudo, foi necessário marcar uma reunião com a secretaria de educação para compreender o atual cenário

do município voltado a promoção de políticas e ações capazes de promover o acesso e permanência desses estudantes nas escolas. Nesse processo, foi possível compreender que maioria dos profissionais da educação do município não possuem, no currículo profissional, formação que se correlacionem para o atendimento a estudantes autistas, conforme informado pela secretária de educação. Ela também mencionou que, por semestre, é ofertado formação pedagógica, porém, não há direcionamento voltado para alunos com TEA.

Análise dos questionários respondidos pelos professores de ciências e biologia

Inicialmente foi questionado aos professores como eles definiam o autismo. A pergunta buscou identificar se os professores tinham conhecimento científico sobre a definição do Transtorno do Espectro do Autista. Dentre as respostas foi possível observar que os professores esboçam definições com traços alinhados à caracterização próxima da literatura específica da área. Em geral todos associados ao desenvolvimento do Sistema Nervoso Central (SNC).

Quadro 2 – Respostas dos professores investigados acerca das concepções do autismo.

1. Como você define o autismo?	
Professor	Resposta
P1C	<i>“Transtorno no Desenvolvimento do Sistema Nervoso, no geral afeta a capacidade do relacionamento com pessoas e o ambiente.”</i>
P2C	<i>“Transtorno de deficiência neurológica caracterizada por comprometimento de interação social, falta de atenção, concentração, comunicação e comportamento restrito e repetitivo.”</i>
P3C	<i>“O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por um progresso atípico, algumas manifestações comportamentais, dificuldades de comunicação e de interação social.”</i>
P4C	<i>“O autismo é uma condição que afeta o desenvolvimento neurológico, e com isso a pessoa apresenta dificuldades de socialização e comportamento restrito, ou seja, pessoas que tendem a ficarem reservadas.”</i>
P5B	<i>“O autismo é um transtorno do desenvolvimento neurológico que pode afetar a comunicação, o comportamento e a interação social de diferentes maneiras.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Após análise das respostas obtidas para a pergunta, foi possível identificar que todos os professores possuem conhecimentos básicos sobre as características do autismo, o que em resumo, e com base nos materiais estudados, é um dos principais fatores para que a

comunidade escolar trabalhe a inclusão escolar de pessoas autistas, com sensibilização e conscientização das necessidades específicas desses alunos, é possível construir um ambiente educacional mais inclusivo (Orrú, 2003).

Quando investigados sobre há quanto tempo os professores trabalham com a presença de estudantes com TEA em sala de aula, as respostas variaram de 3 meses a 10 anos. Vale destacar ainda a resposta do professor P3C que afirmou não saber precisamente o tempo: *“Não tenho certeza há quanto tempo trabalho com alunos com (TEA) porque os casos diagnosticados são recentes” (P3C)*. Essa percepção é válida, pois por muito tempo pessoas com TEA não recebiam o diagnóstico, nem o acompanhamento devido para o seu desenvolvimento social, cognitivo e motor (Nalín *et al.*, 2022).

Na pergunta 3 os professores foram convidados a responder ao seguinte questionamento. “Quais foram os seus sentimentos, diante da obrigação de ensinar a estudantes com TEA? E, atualmente, como se sente?”. Diante dessa questão foi possível observar dois aspectos importantes: primeiramente alguns professores associam esses sentimentos a frustrações, insegurança e sensação de impotência, como é possível observar na resposta do P2C. *“De início tive um sentimento de angústia e incapacidade de desenvolver um trabalho com eficiência, devido à falta de conhecimento e informação de psicanálise e diagnóstica dos alunos.”*. Além disso, alguns professores apesar de apontarem desafios, mostraram que a

experiência de atender a esse público também faz parte de um processo formativo a partir da vivência e atuação em sala de aula. Por exemplo, na concepção de dois professores:

“O Sentimento é de aprendizado, todos os dias surge algo novo e para nos mantermos quanto profissionais na área de educação hoje, com o número de autistas aumentando, faz-se necessário a busca constante pelo conhecimento na área, se preparar melhor, para melhor atender.” (P4C). *“De início, fiquei receoso pelo fato de ser uma experiência nova. Atualmente, devido a experiência e a convivência, me sinto um pouco mais preparado para trabalhar com esse público.” (P5B)*.

Sobre os desafios enfrentados no trabalho com estudantes com TEA, os professores de Ciências e Biologia foram unânimes ao relatar a falta de preparo específico para lidar com essa demanda, a ausência de profissionais de apoio qualificados, além da inexistência de suporte institucional contínuo. (Quadro 3).

Quadro 3 – Respostas dos professores investigados acerca dos desafios para trabalhar com estudantes com TEA.

2. Quais os principais desafios para lidar com estudantes com TEA?	
Professor	Resposta
P1C	<i>“Os desafios vão desde laudo inconcluso, falta de suporte escolar até a falta de projetos e ações escolares.”</i>
P2C	<i>“De antemão enfatizo aqui, o despreparo profissional por carência de formação por profissionais da área, e apoio por parte dos governantes. Desenvolver cursos específicos e pedagógicos aos profissionais da educação, onde destaco capacitações e formações continuadas é de grande relevância.”</i>
P3C	<i>“Capacitação dos profissionais da educação e funcionários, mesmo com algumas limitações esses alunos precisam ser inseridos no ambiente escolar.”</i>
P4C	<i>“Cada indivíduo possui comportamento singular, o que dificulta, pois algo que dá certo com um estudante autista, não significa falar que vai da certo para os demais, assim, todos os dias faz-se necessário um planejamento, uma técnica nova, as quais muita das vezes não atende, e assim se faz necessário um novo olhar, um novo planejamento.”</i>
P5B	<i>“O principal desafio é a falta de suporte, de profissionais especializados que possam colaborar com a atividade docente em sala de aula. Com turmas numerosas, fica inviável para o professor conseguir dar o suporte que o aluno autista precisa.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

A falta de formação adequada de profissionais da educação para atuar com estudantes com TEA é um dos principais desafios enfrentados no contexto educacional inclusivo. Muitos docentes não recebem capacitação específica durante sua formação inicial e tampouco têm acesso a programas de formação continuada que os preparem para lidar com as particularidades desse público (Rodrigues; Cruz, 2019). Além disso, a ausência de suporte institucional, como equipes multidisciplinares, materiais pedagógicos adaptados e acompanhamento especializado, compromete a efetividade das práticas inclusivas e sobrecarrega os educadores (Bitencurt; Garcia, 2025). Essa lacuna contribui para a exclusão indireta de estudantes com TEA, dificultando sua plena participação e desenvolvimento no ambiente escolar.

A falta de uma formação efetiva dos professores de ciências e biologia para atuar com estudantes com

TEA reflete diretamente nos resultados observados na pergunta 5, que indagou se o professor se sente preparado para lidar com estudantes com TEA. Nessa perspectiva, todos os professores afirmaram que não se sentem preparados, dentre as justificativas é possível observar as especificidades dos estudantes e a ausência de uma formação adequada, como é possível observar, por exemplo, na resposta do P1C. *“Não. Existe situações muito complexas de alunos com dificuldades enormes de aprendizagem. Além de tudo não tive uma formação adequada.” (P1C)*.

Com as respostas, percebe-se que todos os profissionais trabalham com alunos autistas, porém, nenhum deles possuem algum tipo de especialização relacionada ao autismo, conforme respostas obtidas nas perguntas 5, 6, 7 e 8 deste questionário, que abordam sobre preparo, formação inicial e continuada destes

profissionais de educação para trabalhar com os alunos autistas. “Colégios são proibidos de recusar a matrícula de um aluno com deficiência, mas ainda há desrespeito à lei, mesmo que de maneira velada. apesar do avanço no número de estudantes com TEA, o Brasil ainda não pratica a inclusão plena de pessoas do espectro.” (Tenente, 2024).

Embora os professores afirmem que não se sintam preparados para atuar com esses estudantes, quando perguntados se “em sua formação foram ofertados componentes curriculares que o prepararam para a atuação com estudantes com TEA?”, quatro professores afirmaram que, em algum momento, o tema foi tratado durante a sua formação inicial, seja em um componente curricular ou através de palestras. Contudo, alertam para a falta de aprofundamento da temática durante esse processo, como na resposta de P1C quando afirma que. *“Durante minha formação o tema foi trabalhado de maneira superficial, não recorro de disciplinas que abordem o tema.” (P1C).*

Nessa perspectiva, é possível compreender essas afirmativas, tendo como base o resultado de estudo realizado por Bartoszeck e Grossi (2018), quando em 2016 foi realizado uma pesquisa com 1.076 matrizes curriculares de cursos de Pedagogia, Normal Superior e

nos Programas Especiais de Formação Pedagógica de docentes, todos cadastrados no portal e-MEC de todo o país, procurando disciplinas sobre o autismo. A pesquisa mostrou que só 0,56% abordam a questão em suas matrizes curriculares.

O modo de educar indivíduos com autismo é significativamente limitado, devido às alterações envolvidas nesse espectro (comportamento, socialização e comunicação) e à falta de profissionais especializados, o profissional deve manter-se informado, participando de formações contínuas e precisa receber suporte de equipes multidisciplinares e da instituição (Souza; Silva, 2014).

Reconhecendo a importância da formação continuada a fim de dirimir as lacunas que garantem a inclusão de estudantes com TEA, os professores foram questionados se participaram de algum curso de formação continuada para trabalhar com estudantes com TEA. Apenas o P5B afirmou ter participado, mas não deu maiores detalhes limitando sua resposta apenas à máxima “Sim”. Em contrapartida, os demais professores afirmaram não ter participado de cursos de formação continuada acerca da temática embora alguns mencionem outras formas de abordagem do tema, como palestras, formações pedagógicas e conversas com profissionais da área. (Quadro 4).

Quadro 4 – Respostas dos professores investigados acerca do acesso à formação continuada sobre o tema TEA.

3. Durante sua atuação enquanto profissional da educação foi ofertado algum curso de formação continuada para trabalhar com estudantes com TEA?	
Professor	Resposta
P1C	<i>“Não, pouco foi trabalhado o tema, apenas discutido em formações no início do ano. tema.”</i>
P2C	<i>“Não destaco aqui cursos de formação, mas sim palestras, conversas com profissionais da área e apoio familiar.”</i>
P3C	<i>“Não”</i>
P4C	<i>“Não foi ofertado curso, mas sim formações pedagógicas sobre TEA.”</i>
P5B	<i>“Sim.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Esse dado nos alerta para o fato da importância em garantir o cumprimento da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, incluído a Lei nº 12.796, de 2013, na qual diz que a “União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos professores.” (BRASIL, 2013).

Santos (2016) afirma que a maior necessidade para incluir o aluno com TEA nas escolas regulares é o investimento na formação inicial e continuada dos professores das salas de aula das escolas regulares, que precisam mudar sua prática docente para interagir com esses estudantes.

A oitava pergunta do questionário corresponde à seguinte questão: Foi realizada a avaliação pedagógica das áreas de desenvolvimento, e qual proposta pedagógica foi elaborada para os objetivos de ensino e aprendizagem traçados para educação do estudante com TEA?

Ao responderem a esta indagação três professores afirmaram desconhecer propostas pedagógicas relacionadas à educação de estudantes com TEA, ao passo que P2C e P4C apresentaram, em suas respostas, que as escolas traçaram estratégias de modo a

garantir a promoção da educação de estudantes com TEA, como é possível observar nos trechos a seguir:

“De acordo com a equipe pedagógica, e dos anseios por parte dos professores e de toda equipe de apoio de psicanálise, pensou-se desenvolver práticas pedagógicas que proporcionasse aos alunos com TEA, o direito de desenvolver um ensino aprendizagem de eficiência sem exclusão de normalidades.” (P2C). *“A proposta pedagógica apresenta as formações continuadas, aplicações de avaliações previamente elaborados de acordo com cada caso de TEA, a participação da gestão e o acompanhamento dos estudantes com TEA pela equipe multifuncional da educação.” (P4C).*

Os professores também foram questionados sobre a capacidade de aprendizagem dos estudantes com TEA. Dentre as respostas, foi possível perceber que embora reconheçam os desafios, os professores acreditam no potencial desses estudantes para a aprendizagem (Quadro 5).

Quadro 5 – Respostas dos professores investigados sobre a capacidade de aprendizagem dos estudantes com TEA

4. O aluno com TEA é capaz de aprender os conteúdos curriculares na classe comum?	
Professor	Resposta
P1C	<i>“Claro, desde que sejam adaptadas as suas necessidades e perspectivas. Cabe ao professor um olhar diferenciado aos alunos com TEA.”</i>
P2C	<i>“De acordo com a minha vivência em sala de aula, e da convivência com os alunos portadores do TEA, jamais descarto a capacidade que eles têm de desenvolver a aprendizagem.”</i>
P3C	<i>“É preciso entender as particularidades do (TEA) e criar ambientes, metodologias e currículos adaptados que garantam o sucesso educacional desses alunos.”</i>
P4C	<i>“Sim, mas para tanto é preciso percorrer por caminhos alternativos, por esses apresentarem maiores dificuldades de aprender.”</i>
P5B	<i>“O TEA é bem complexo e varia muito de pessoa para pessoa, portanto, há alunos com TEA que, dependendo do grau podem sim, não só aprender, mas desenvolver habilidades específicas na sala de aula. Por outro lado, se o grau do autismo for mais elevado ou o aluno tiver algum outro transtorno associado como o TDAH, por exemplo, o aprendizado no ambiente da sala de aula regular torna-se mais dificultoso.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa perspectiva, a escola inclusiva deve estar disposta a adaptar seu currículo e seu ambiente físico às necessidades de todos os alunos, propondo-se a realizar uma mudança de paradigma dentro do próprio contexto educacional com vistas a atingir a sociedade como um todo. “[...] Dessa forma, a escola para ser considerada inclusiva deve promover as possibilidades e potencialidades de todo e qualquer sujeito, sobretudo

aquele com deficiência” (Farias; Maranhão; Cunha, 2008, p.366).

Por fim, os professores foram investigados acerca das necessidades para promover a efetiva aprendizagem dos estudantes com TEA. Embora as respostas tenham variado entre os aspectos a serem tratados, todas elas buscam promover a inclusão desses estudantes em sala de aula (Quadro 6).

Quadro 6 – Respostas dos professores investigados acerca das necessidades dos estudantes com TEA para o processo de ensino e aprendizagem.

5. O que é necessário para que o aluno com TEA aprenda?	
Professor	Resposta
P1C	<i>“primeiramente um diagnóstico correto. Além das adaptações necessárias para que se trabalhe as individualidades dos alunos.”</i>
P2C	<i>“É necessário que tratemos com normalidade a presença destes alunos em sala, acolhendo-os com atenção profissional voltada para o desenvolvimento da aprendizagem dos mesmos, levando em consideração a déficit de cada um, com profissionalismo e planejamento específico, incentivando o apoio familiar, na escuta e no incentivo familiar.”</i>
P3C	<i>“A inclusão é indispensável para o desenvolvimento intelectual e físico dessas crianças.”</i>
P4C	<i>“É preciso potencializar sua autonomia e criatividade, fazê-lo se sentir capaz, e permitir que ele seja o construtor do seu próprio conhecimento, seja com desenhos pinturas, fala...”</i>
P5B	<i>“Primeiramente é necessário que o professor conheça o aluno e a sua realidade, para que assim, adote metodologias específicas de acordo com as potencialidades do estudante. É preciso explicar de forma clara e objetiva, evitar exemplos que contenha ironia (já que a maioria dos autistas levam tudo ao “pé da letra”). O ambiente da sala de aula também pode influenciar no aprendizado, é preciso ter um número de alunos reduzido para que a sala seja um ambiente silencioso e agradável para o autista.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica é essencial para garantir o direito à educação de qualidade e para promover uma aprendizagem significativa em ambientes diversos. De acordo com Mantoan (2003), a escola inclusiva deve acolher todos os alunos, independentemente de suas particularidades, oferecendo oportunidades iguais de participação e desenvolvimento. Vygotsky (1991) também reforça a importância do convívio social na aprendizagem, destacando que a interação com os pares é fundamental para o avanço cognitivo e social das crianças. Assim, incluir estudantes com TEA nas salas regulares não apenas beneficia esses

alunos, mas enriquece o processo educativo como um todo.

4 Considerações finais

Reconhece-se a educação como um instrumento poderoso para promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, e que, por meio deste trabalho, é possível colaborar para a efetivação desses princípios na prática escolar. Diante disso, vale destacar que a crescente presença de alunos diagnosticados com TEA nas escolas públicas da região, tem demandado dos professores novas práticas pedagógicas, maior preparo teórico e sensibilidade para atender às necessidades específicas desses estudantes. As disciplinas de Ciências e

Biologia, por sua natureza experimental e conceitual, exigem adaptações e metodologias diferenciadas para garantir uma aprendizagem efetiva. Diante desse cenário, torna-se essencial compreender como os professores percebem e aplicam as diretrizes normativas voltadas à inclusão, bem como identificar os desafios e as possibilidades no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

A temática deste trabalho foi motivada, entre outros fatores, pela crescente presença de estudantes com TEA no contexto escolar local, o que evidencia a urgência de reflexões e ações que favoreçam práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas. Por meio da análise documental, verificou-se que os documentos oficiais que orientam a educação básica no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfatizam a importância da inclusão e da oferta de um ensino acessível a todos os estudantes, no entanto, esses documentos ainda carecem de orientações específicas e detalhadas sobre a prática pedagógica nas disciplinas de ciências e biologia voltadas para alunos com TEA.

A partir da investigação realizada, foi possível compreender não apenas o nível de preparo desses profissionais, mas também os desafios enfrentados no contexto educacional inclusivo. Constatou-se, ao longo do estudo, que embora haja avanços nas políticas públicas voltadas à inclusão, como prevê a legislação educacional brasileira, ainda existem lacunas significativas entre o que é proposto pelas diretrizes normativas e o que é efetivamente vivenciado nas salas de aula. As disciplinas de Ciências e Biologia, por suas especificidades teóricas e metodológicas, exigem dos docentes um preparo técnico-pedagógico que considere as particularidades dos alunos com TEA, bem como o desenvolvimento de estratégias que promovam a participação e a aprendizagem desses estudantes de forma equitativa.

Nesse sentido, os dados obtidos por meio de questionário aplicado a professores de ciências e biologia que atuam no município de Ibiara-PB evidenciaram que a formação inicial e continuada dos professores, o acesso a recursos pedagógicos adaptados, o apoio de equipes multidisciplinares e a sensibilização da comunidade escolar são elementos fundamentais para a consolidação de uma prática educativa inclusiva. A partir das respostas coletadas, foi possível perceber que, embora haja boa vontade e sensibilidade por parte de muitos docentes, ainda existe uma lacuna significativa na formação inicial e continuada, no que diz respeito ao atendimento de alunos com TEA. Ademais, o estudo reforça a importância de se ouvir os profissionais da educação, compreender seus desafios cotidianos e valorizar suas experiências, como forma de subsidiar transformações significativas no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, reafirma-se que a pesquisa não apenas respondeu a uma demanda observada na realidade educacional de Ibiara-PB, mas também procurou contribuir com o debate acadêmico e pedagógico sobre a inclusão de alunos com TEA, especialmente no campo das Ciências da Natureza. Este estudo pretende contribuir para o planejamento de discussões que fundamentem políticas públicas e práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão efetiva de alunos com TEA nas escolas públicas

de Ibiara-PB, promovendo um ambiente escolar mais justo e equitativo para todos. Além disso, a proposta do trabalho buscou contribuir com reflexões que possam subsidiar a construção de práticas mais inclusivas, fundamentadas tanto nos marcos legais quanto na escuta ativa dos profissionais da educação que lidam diretamente com essa realidade. Em síntese, este estudo apontou para a importância de um olhar mais atento das instâncias educacionais quanto à inclusão de alunos com TEA nas aulas de ciências e biologia.

Espera-se que esta pesquisa contribua para reflexões e ações que promovam o fortalecimento da educação inclusiva no município de Ibiara-PB e em outras realidades semelhantes, e que os resultados aqui apresentados possam fomentar novas pesquisas, além de inspirar práticas mais sensíveis, reflexivas e comprometidas com uma educação de qualidade para todos.

Referências

- BITENCURT, Juliana Schmatz; GARCIA, Rosane Nunes. Reflexões sobre o ensino de ciências e a formação de professores dos anos iniciais para educandos com autismo: uma revisão entre os anos de 2010 e 2022. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, v. 13, n. 1, p. e353-e353, 2025. Disponível em: <https://old.licenciaeacturas.com.br/index.php/licenciaeacturas/article/view/353>. Acesso em: 3 mar. 2025.
- BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s47-s53, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/FPHKndGWRYPFvQTcBwGHNn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.742/93, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.899/94, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18899.htm. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

- Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.370, de 12 de dezembro de 2016. Altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e para revogar a exigência de compensação de horário. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113370.htm. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.977, de 08 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113977.htm. Acesso em: 13 out. 2024.
- FERIAS.TUR.BR. Informações sobre o município de Ibiara - PB. Disponível em: <https://www.ferias.tur.br/cidade/4953/ibiara-pb.html>. Acesso em: 25 maio 2025.
- FERREIRA, Joseany Araújo; AGUILAR, Márcia Brandão Rodrigues; SANTOS, Georgiana Silva dos. **Estratégias pedagógicas no ensino de ciências para estudantes autistas: uma revisão bibliográfica.** 07/2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2024/T_RABALHO_COMPLETO_EV196_MD1_ID3459_TB75_9_07072024181240.pdf. Acesso em: 3 nov. 2024.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.
- GONÇALVES, Nahun Thiaghor Lippaus Pires; KAUARK, Fabiana da Silva; NUNES FILHO, Charles Ferreira. O ensino de ciências para autistas. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 15, n. 1, p. 258-268, 2020. Disponível em: https://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID690/v15_n1_a2020.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.
- IBGE. Cidades e Estados – Ibiara (PB). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/ibiara.html>. Acesso em: 25 maio 2025.
- IBIARA. História do Município de Ibiara – PB. Prefeitura Municipal de Ibiara. Disponível em: https://ibiara.pb.gov.br/a_cidade/historia. Acesso em: 25 maio 2025.
- MAGNANI, Cristiane; OTTO, Giselly. Garantismo e direitos fundamentais da criança com transtorno do espectro autista e a importância da formação do professor/tutor. **Caderno Intersaberes**, v. 12, n. 42, p. 170-187, 2023. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2885>. Acesso em: 13 out. 2024.
- NALIN, Luísa Macedo et al. Impactos do diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista em adultos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e382111638175, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366241941_Impactos_do_diagnostico_tardio_do_transtorno_do_espectro_autista_em_adultos. Acesso em: 19 out. 2024.
- OLIVEIRA, Eliane Dias Correia. Promovendo a inclusão escolar de crianças autistas em escola municipal de ensino fundamental: estratégias, desafios e impactos. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 12, e4124624, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4624/3258>. Acesso em: 9 out. 2024.
- ORRÚ, Sílvia Ester. A formação de professores e a educação de autistas. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 33, n. 1, p. 1-14, 2003. Disponível em: <https://rieoei.org/rie/article/view/2965>. Acesso em: 15 out. 2024.
- RIBEIRO, Amanda. Opinião: lei garante acesso de autistas à escola regular. **Jornalismo Diário PcD**, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://diariopcd.com.br/2022/06/16/opiniao-lei-garante-acesso-de-autistas-a-escola-regular/>. Acesso em: 15 out. 2024.
- RODRIGUES, Amanda Séllos; CRUZ, Luciana Hoffert Castro. Desafios da inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino de ciências e biologia. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 11, n. 25, p. 413-425, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/922>. Acesso em: 15 set. 2024.
- SILVA, Micheline; MULICK, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, p. 116-131, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtLNF9fnqvrMVXk/>. Acesso em: 11 out. 2024.